

-----**ACTA N.º 5/2010**-----

-----Aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Técnica.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que relativamente à acta da última reunião, na página 3, onde consta: “... que o Conselho de Administração da EMCEL era exemplar, não auferindo qualquer remuneração ou ajudas de custo...”, o Senhor Vereador António Silva esqueceu-se de referir, que segundo a lei, é proibido o exercício simultâneo de funções nas Câmaras Municipais e de funções remuneradas, a qualquer título, nas empresas municipais.-----

-----Relativamente à Feira do Queijo, disse que deveria ser feita uma reflexão dos principais agentes económicos, seus objectivos, estrutura, metodologia e definição de objectivos.-----

-----De seguida, solicitou esclarecimentos sobre a informação que o Senhor Presidente da Câmara havia solicitado a todos os Departamentos, aquando do assalto à Câmara Municipal.-----

-----Requereu cópia do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.-----

-----No que concerne ao Regulamento do PAA referiu que é necessário definir metodologias de aplicação objectivas e claras. Disponibilizou-se para colaborar na melhoria deste documento em conjunto com o restante executivo.-----

-----Mostrou desagrado pelo fraco empenho do executivo na divulgação da campanha AML, relativa ao evento que decorreu no passado fim-de-semana, em Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** solicitou um balanço da Feira do Queijo. Pretendeu também saber porque razão não foi dada resposta ao seu requerimento apresentado no dia 10/12/2009, relativamente a: “Quantos convites para concurso limitado foram feitos à Empresa Gualdim Anciães Amado & Filhos Lda.^a, durante o ano de 2009, e quantas adjudicações e respectivos valores, no mesmo período, foram feitas à referida empresa”.-----

-----Solicitou uma cópia do acordo realizado entre a Câmara Municipal e o Inatel.-----

-----Relativamente às senhas de presença, disse que as mesmas ainda não foram pagas.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Feira do Queijo é uma forma de divulgação e promoção dos produtos nobres produzidos no concelho de Celorico da Beira, com especial enfoque para o queijo Serra

da Estrela. Ficou satisfeito pela forma como foi projectado o evento, destacando que o feedback dos produtores foi muito positivo. Disse que de ano para ano, o queijo está cada vez mais representado e têm cada vez mais expositores. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse ter ouvido comentar que este modelo de feira está esgotado, pretendendo saber, qual a opinião do executivo relativamente a este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** sugeriu que fosse feito um inquérito junto da restauração, de forma a saber qual a taxa de ocupação de pessoas presentes no concelho, aquando da Feira do Queijo. Considera que o actual modelo da Feira atrai um número insuficiente de pessoas ao concelho, o modelo deveria ser repensado e inclusive a própria data da realização deste evento deveria ser ponderada. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Feira do Queijo ocorre sempre na época do Carnaval, uma vez que, é coincidente com as férias da escola e também pela proximidade com a Serra da Estrela, o que atrai muitas pessoas ao concelho, daí, esta ser a data mais correcta. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que o queijo é um “produto de inverno” e como tal, considera esta data mais atractiva para a realização deste evento. Disse ter lido uma notícia na comunicação social, no qual era referenciado por um produtor, que a feira era um fracasso e que alguns produtores apenas venderam um queijo. -----

-----Lançou um desafio ao executivo no sentido de promover uma Mostra de Produtos da região da Guarda, em conjunto com outros concelhos, divulgando assim, todos os produtos endógenos da região. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que a Feira do Queijo foi um bom certame, com a venda de queijo, produtos regionais e artesanato. Disse que Celorico da Beira granjeou o título de “Capital do Queijo Serra da Estrela”, sendo preocupação deste executivo organizar a melhor Feira do Queijo e para o efeito primou por um cartaz diversificado e com bastantes novidades, cativando os turistas.-----

-----Deu conhecimento da realização de um desfile de Carnaval na tarde de Domingo, com uma grande adesão. Disse que todos os produtores presentes na Feira escoaram o seu produto.-----

-----Relativamente à data da Feira disse que sempre foi na época de Carnaval, até porque, coincide com as férias da escola, atraindo mais pessoas ao concelho. Realçou a organização, que foi excelente e dinamizadora.-----

-----Sobre a campanha da AMI, disse que não foi uma iniciativa da Câmara Municipal, foram contactados pela organização o dia antes, sendo que, disponibilizaram de imediato tudo o que estava ao alcance da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o cartaz estava no site da autarquia e como tal, estranhou o facto de tão pouca divulgação, verificando-se uma fraca adesão por parte das pessoas. Contudo, ficou esclarecido com a explicação dada, até porque, não houve um contacto atempado por parte da organização. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por referir que, o comentário do Senhor Vereador Victor Santos está desajustado de acordo com o comunicado na última reunião de Câmara, dado que foi claramente explicado que o actual Executivo não auferir qualquer rendimento em dinheiro ou espécie, em acumulação com os cargos da autarquia, isto de acordo com a Lei das Finanças Locais. Assim, o Executivo é Administração da Empresa Municipal de forma que esta não suporte mais encargos. -----

-----Relativamente à Feira do Queijo, o Senhor Vereador disse que o actual modelo, não está ultrapassado como referido anteriormente, mas sim desajustado. Sobre a data, considera que se devem aproveitar os “picos” de afluência de pessoas, como a época de Carnaval, que atrai muito turismo para o concelho.-----

-----Referiu que anteriormente a autarquia pagava 50€ a cada produtor pela presença na Feira, sendo que, hoje em dia, não recebem qualquer quantia, tendo sido criados outros mecanismos de suporte aos produtores, dando como exemplo, o pagamento das análises ao queijo. -----

-----Deu conhecimento de que Celorico da Beira certificou pela primeira vez o borrego, bem como, o requeijão. Disse que nestes eventos devem ser divulgados outros produtos endógenos da região, como o azeite. -----

-----Disse concordar com a realização de uma feira em conjunto com outros concelhos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que relativamente ao assalto, é um assunto que está a ser investigado pelas autoridades competentes, e como tal não se irá pronunciar. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----I - **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03/02/2010**-----

-----Foi presente a acta número 4, da reunião ordinária do Executivo de 03/02/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber, o porquê de não constar na acta a intervenção da munícipe Olga Marques, tendo o Senhor Vereador requerido na altura, que ficasse transcrito em acta e solicitando a respectiva certidão.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos.**-----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos:** ---

-----“Voto contra a aprovação desta acta, porquanto a mesma não traduz um ponto essencial do que na reunião se passou. -----

-----Efectivamente, ainda antes do período de Antes da Ordem do Dia, o Vereador eleito pelo MAJUSP Júlio Santos, foi ameaçado fisicamente pela munícipe presente na reunião Sr.^a Olga Marques.-----

-----Com efeito, aquando da discussão do ponto sobre Linhares da Beira, a referida munícipe, a certa altura levantou-se da sua cadeira, dirigiu-se ao Vereador e levantando a mão em sua direcção disse-lhe parto-te já o focinho. -----

-----Posto isso, voltou ao seu lugar que estava situado a cerca de 5 metros da mesa onde o Vereador se encontrava sentado.-----

-----Não satisfeita voltou a levantar-se, mais uma vez se levantou e em tons ameaçadores se voltou a dirigir ao Vereador, voltando a repetir: se voltas a falar sobre mim ou a minha família, parto-te o focinho. E fez o gesto de bater. Entretanto, o munícipe José Albano Marques que também se encontrava presente agarrou a munícipe e convenceu-a a sair da sala e a calar-se. -----

-----Quando a munícipe se dirigiu pela segunda vez ao Vereador, este pôs o seu telemóvel em cima da mesa e disse-lhe que estava a gravar as suas declarações.-----

-----Requereu nesse momento, que ficasse registado em acta, todo esse sucedido com a referida munícipe. Requereu ainda, certidão desta deliberação a qual incluía o voto de vencido.” -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador José Luís Cabral:** -----

-----“Voto favoravelmente a aprovação da acta, condicionada à matéria que deveria constar da intervenção do público. -----

-----De facto, foram muitos os munícipes do público que intervieram, na sua maioria munícipes de Linhares da Beira, dado constar da Ordem de Trabalhos um ponto específico que lhes dizia respeito. Foram feitas várias interpelações por parte dos mesmos ao Vereador do MAJUSP tendo este respondido duma forma exaltada às questões postas. -----

-----Inclusive o mesmo dirigiu-se a um munícipe chamando-o de mentiroso, bem como de uma forma exaltada ameaçou outro munícipe com um processo em Tribunal. -----

-----Quanto à munícipe Olga Marques, que se encontrava no público, a mesma não interveio sobre qualquer ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----No entanto, o Vereador do MAJUSP durante este período de tempo limitou-se a provocar a munícipe com “caretas”, deitando-lhe a língua fora, insinuando e levantando suspeições sobre o facto de ocupar o lugar de Presidente da Direcção da Associação de Casas de Soeiro, bem como olhou para a mesma referindo em tom irónico e ameaçador “és sempre a mesma”. -----

-----Nesta altura e porque a munícipe se sentiu ofendida, reagiu e levantou-se tendo dito, “não voltes a falar sobre mim ou a minha família”. Tal situação advém do facto de no blogue do Movimento MAJUSP, do qual o Vereador é o 1.º subscritor, surgirem “escritos” sobre a munícipe e sua família, escritos esses ofensivos à dignidade dos visados, como se pode facilmente constatar. De facto, a munícipe ficou incomodada com o sucedido e com o que foi dito, tendo a mesma sido provocada e não o contrário, como referiu o Vereador. Situação que não dignifica a posição que ocupa enquanto eleito.-----

-----Requeiro certidão desta deliberação”. -----

-----**II - SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS**-----

-----**ASSUNTO: PROJECTO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA - APLICAÇÃO DA LEI N.º 53-E/2006**-----

-----Foi presente informação da Secção de Taxas e Licenças, datada de 08/02/2010, remetendo Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, que se anexa a esta acta (**anexo I**), para que o mesmo possa ser submetido à apreciação pública, cumprindo-se assim o disposto no artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo.-----

-----Esteve presente nesta reunião, o Técnico Pedro Patrício para efectuar uma explicação mais detalhada relativamente a este assunto.-----

-----O Técnico começou por dizer que a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro aprovou o regime geral das taxas das autarquias locais, definindo que estas são devidas pela prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens de domínio público e privado das autarquias ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.-----

-----Disse que o estudo apresentado, visa fundamentar numa perspectiva económico-financeira o valor das taxas a cobrar pelo Município de Celorico da Beira, através da identificação dos custos directos e indirectos, dos encargos financeiros, das amortizações dos bens patrimoniais e da previsibilidade de realização de novos investimentos, imputáveis a cada uma das taxas, pela prestação de um serviço público, na utilização privada de bens de domínio público e privado da autarquia ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.-----

-----Após análise da informação existente e uma vez que o Município de Celorico da Beira já implementou a contabilidade de custos, foram tidos em conta os valores apurados no ano de 2009, por cada um dos serviços previamente definidos pela autarquia.-----

-----Em conclusão, disse que a autarquia na definição do valor das taxas deverá ter em consideração o princípio de equivalência jurídica, prevista no n.º 1, do art.º 4.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, não devendo o mesmo ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. O n.º 2 do mesmo artigo permite contudo que o valor das taxas possa ser agravado pela definição de critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** neste momento ausentou-se da sala, e ao passar junto ao Senhor Vereador Júlio Santos, o mesmo dirigiu-se ao Senhor Vereador perguntando-lhe: “também me queres partir o focinho”, por duas vezes, uma no lugar onde se encontrava e a outra quando o Vereador José Luís Cabral se encontrava junto à porta do Salão Nobre, tendo este respondido que “há quem pense que é Deus na terra, mas está enganado, Deus está no céu”. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que este Regulamento reflecte a estrutura desta Câmara. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a fixação das taxas com base nos custos apurados na Contabilidade Analítica, onera os munícipes de Celorico da Beira com o mau funcionamento e elevados custos de estrutura da Câmara Municipal, recentemente agravados pelos cerca de 60 funcionários admitidos antes das eleições, factores que contribuíram para que Celorico da Beira tenha taxas superiores às dos concelhos de Trancoso e Seia. -----

-----**Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 6, do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor**

Santos, aprovar o Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, remetendo o mesmo para discussão pública. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra esta proposta de Regulamento porquanto o mesmo vem de forma inconcebível, onerar o presente e o futuro desenvolvimento do concelho. -----

-----Com efeito disse o Senhor Vereador António Silva que, e cito: “este Regulamento reflecte a realidade da estrutura desta Câmara”, fim de citação. -----

-----Assim sendo, não seria mais cordial começar por desonerar as finanças municipais, assumindo estruturas obsoletas e que são absorvedoras de dinheiro tais como: -----

-----A Creche Municipal, que só por si mensalmente acarreta para o município um encargo de cerca de 25 mil euros mensais, efectivamente há que reconhecê-lo, a verba com pessoal afecta quer a Câmara quer a Empresa Municipal é incomportável e o saneamento financeiro da Câmara Municipal passa mais pela dispensa de funcionários do que pelo aumento ridículo para o orçamento municipal previsto na proposta de Regulamento ora votada. -----

-----A que se destinam os mais de 600 mil euros de empréstimo a curto prazo que o executivo propõe que se vote já de seguida. Em suma, o futuro do concelho está comprometido pelas políticas do actual executivo e não é com as alterações do presente Regulamento que só vão afectar os mais necessitados (os munícipes) que queiram fazer a sua habitação, que o problema se vai resolver.” -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse ter votado contra este Regulamento, porque os elementos não foram fornecidos atempadamente. Considera que para uma análise mais detalhada, deveria ter sido feita uma

análise comparativa de valores com outros concelhos, bem como, com os do passado. -----

-----Disse que comparativamente a outros concelhos, dando como exemplo, Trancoso e Seia as taxas de Celorico da Beira são mais elevadas. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que após as declarações de voto da oposição, as mesmas revelam um claro teatro político. -----

-----Relativamente à declaração de voto do Senhor Vereador Júlio Santos, onde refere a situação difícil da autarquia e da EMCEL, referiu que este executivo herdou esta situação da má gestão do mandato do Senhor Vereador Júlio Santos. Disse que a má gestão praticada na EMCEL comprometeu o futuro e a sua viabilização económica. -----

-----Sobre o empréstimo que irá ser submetido a aprovação, disse que o mesmo é para pagar dívidas da gestão do Senhor Vereador Júlio Santos, que comprometeu este concelho para os próximos 15 anos. -----

-----No que concerne à intervenção do Senhor Vereador Victor Santos disse que os elementos colocados à disposição eram suficientes, contando inclusive com a presença nesta reunião do consultor que realizou este trabalho, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Vereadores, não compreendendo a declaração de voto do Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----Disse ainda, que o executivo pondera o estabelecimento do saneamento financeiro, para que daí resulte uma política associada a uma mudança de custos de estrutura. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** invocando o artigo 14.º do Regimento da Câmara Municipal de Celorico da Beira, onde é referido o exercício de direito de defesa, disse que, o que o Senhor Vereador António Silva referiu relativamente às dívidas da EMCEL e da Câmara Municipal advindas do seu mandato é falso. -----

-----Com efeito, a dívida da EMCEL em 2002 era no valor de 250 mil euros e incluía a compra de uma loja em Lisboa que era propriedade da empresa. -----

-----Relativamente à Câmara Municipal a dívida titulada por dois empréstimos aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal era, à mesma data, no valor de 4,2 milhões de euros. Por fim, disse para o Senhor Vereador António Silva não voltar a referir-se ao passado e responda pelo presente, que é imprescindível. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** em resposta ao Senhor Vereador Júlio Santos disse que nas próximas reuniões de Câmara irá anexar um resumo das responsabilidades financeiras assumidas pela gestão do Executivo do ora, Vereador Júlio Santos, bem como o comprometimento futuro que levou a várias acções judiciais que a autarquia foi condenada a pagar. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** lançou um desafio ao executivo, no sentido de apresentar uma análise comparativa das taxas, com outros Municípios.-----

-----**III - HOTEL MIRA SERRA**-----

-----**ASSUNTO: MEMÓRIA DESCRITIVA DAS PRETENSÕES DA CELORITEL, LDA. (HOTEL MIRA SERRA)**-----

-----Foi presente ofício do Hotel Mira Serra, datado de 09/02/2010, remetendo memória descritiva da pretensão em proceder ao alargamento da unidade hoteleira, mediante a aquisição de parcela do terreno confinante (propriedade da autarquia), e respectiva fundamentação. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja efectuado um levantamento topográfico, pelos técnicos da autarquia, do terreno contíguo a Biblioteca Municipal.**-----

-----**IV - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA COLOCAÇÃO DO CONTADOR**-----

----- Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 08/02/2010, referindo que existe um casal na Ratoeira que vive com dificuldades. O GAS juntamente com a Segurança Social e a Associação dos Mais Necessitados de Celorico da Beira está a ajudar esta família. -----

----- Perante o exposto e de acordo com o artigo 47.º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, o Gabinete de Acção Social solicita que se isente o casal do pagamento da colocação do contador. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de colocação do contador, o Senhor João Paulo Fernandes dos Santos e esposa.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE MÓVEIS**-----

-----**Requerente: João Paulo Fernandes dos Santos e Sónia de Fátima Martins**-----

----- Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 11/02/2010, referindo que existe um casal na Ratoeira que vive com dificuldades económicas. O rendimento do casal é insuficiente para adquirirem mobiliário e bens essenciais para a casa. -----

----- O Gabinete de Acção Social juntamente com a Segurança Social solicitou para esta família electrodomésticos, e a Associação dos Mais Necessitados de Celorico da Beira está a colaborar com alimentos. -----

----- O GAS no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social e, pelo facto da habitação não ter as condições mínimas, para uma criança recém-nascida, propõe que sejam cedidos alguns móveis

que estão armazenados na Escola de Linhares que pertenciam à Casa dos Magistrados.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, que se proceda à cedência do mobiliário identificado pela Técnica do Gabinete de Acção Social, para a habitação do Sr. João Paulo Fernandes dos Santos, residente em Ratoeira.-----

-----A presente deliberação foi aprovado em minuta. -----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE MÓVEIS**-----

-----**Requerente: Alda da Piedade Abrantes Cabral**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 11/02/2010, referindo que no âmbito do Ano Europeu à Pobreza e à Exclusão Social, e pelo facto de a Senhora Alda da Piedade Abrantes Cabral não poder comprar mobílias para a sua casa, propõe a cedência de alguns móveis que estão armazenados na Escola de Linhares, que pertenciam à Casa dos Magistrados.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, que se proceda à cedência do mobiliário identificado pela Técnica do Gabinete de Acção Social, para a habitação da Senhora Alda da Piedade Abrantes Cabral, residente em Minhocal.-----

-----A presente deliberação foi aprovado em minuta. -----

-----**V - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE TRÊS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PRIVADO**-----

-----**Requerente: Optivisão - Óptica Celoricense, Lda.**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 31/2010, datada de 01/02/2010, referindo que analisada a documentação anexa ao pedido de três lugares de estacionamento privados, que o grupo Optivisão – Óptica

Celorigense, Lda, pretende que esta autarquia lhe conceda na Rua Sr.^a da Graça, nesta Vila de Celorico da Beira, para os veículos com as matrículas 04-CT-72, 94-AQ-80 e 91-38-EV, informa que os mesmos se destinam a melhorar o funcionamento e desempenho da empresa, pelo facto que tem vindo a ser penalizada pela dificuldade de estacionamento. Mais informa que apenas um dos veículos se encontra em nome do requerente (91-38-EV).-- -----

-----Após deslocação ao local, verifica-se que no local pretendido apenas há possibilidade de estacionar na totalidade sete viaturas (entre escadarias), tendo o executivo já deliberado favoravelmente a renovação de um lugar privado de estacionamento para o ano 2010, à Sr.^a Maria de Lurdes Prata Pina Monteiro. -----

-----Por se tratar de uma zona de grande procura de estacionamentos públicos de apoio ao sector terciário e constata-se que a cedência de três lugares de estacionamento público para estacionamento privado, mais agravaria a falta de lugares de estacionamento no local. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** considera que deveria ser efectuado um levantamento de todos os moradores e comerciantes dessa zona residencial, de forma a verificar quantas pessoas usufruem desses estacionamentos e se há possibilidade, ou não, de serem cedidos os três lugares de estacionamento. -----

-----Na opinião do Senhor **Vereador Victor Santos** dada a escassez de lugares de estacionamento e como já foi atribuído um nessa zona, considera que poderia ser cedido apenas, um lugar de estacionamento ao requerente. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja efectuado um estudo direccionado aos moradores e comerciantes, de forma a

verificar se existe ou não possibilidade de satisfazer a pretensão do requerente e que o mesmo seja presente a uma próxima reunião. -----

-----ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DIRECCIONAL DE LAR DE IDOSOS - STA. RITA, EM VILA BOA DO MONDEGO -----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 187/2009, datada de 10/02/2010, referindo que a colocação de placas de sinalização direccional a indicar Lar de Idosos St.ª Rita, em Vila Boa do Mondego, e tendo por base o N.º 1, do artigo 8.º, do DL N.º 2/98 de 3 de Janeiro, deverá ser aprovado, em reunião do executivo camarário, a colocação de dois sinais direccionais. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais direccionais J3a, Lar de Idosos – Sta. Rita, em Vila Boa do Mondego.-----**

-----VI - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----ASSUNTO: PROTOCOLOS PARA ACOLHIMENTO DE FORMANDOS PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PRÁTICA EM CONTEXTO REAL DE TRABALHO -----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do número três, do artigo sessenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei número cinco – A, dois mil e dois de onze de Janeiro, os Protocolos para Acolhimento de Formandos para a Realização da Formação Prática em Contexto Real de Trabalho, entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Associação Lageosense de Solidariedade Social, que ficam apensos a esta acta (**anexo II**). -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as assinaturas dos Protocolos Para Acolhimento de Formandos para a Realização da**

Formação Prática em Contexto Laboral, entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Associação Lageosense de Solidariedade Social.

-----**VII - COMISSÃO FABRIQUEIRA DA IGREJA DO MINHOCAL**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO**-----

-----Foi presente ofício da Comissão Fabriqueira da Igreja do Minhocal, datada de 11/02/2010, referindo que tem vindo esta Comissão Fabriqueira, nos últimos anos a efectuar várias obras de conservação da Igreja da Paróquia do Minhocal, nomeadamente recuperação dos altares, e uma sala multi-funções, recuperação da sacristia, substituição de toda a instalação eléctrica. -----

-----Neste momento está em curso a substituição do telhado, assim, solicitam uma comparticipação da Câmara Municipal no valor de 25.000,00€ para proceder à recuperação da Igreja.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que o valor solicitado é elevado, e que este tipo de apoios deveria ser acompanhado de um orçamento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Técnica foi ao local efectuar o respectivo levantamento, considerando que o valor de 20 mil euros é suficiente para a realização desta obra. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador **Júlio Santos**, atribuir uma comparticipação no valor de 20 mil euros, à Comissão Fabriqueira da Igreja do Minhocal para a substituição do telhado. -----

-----**VIII - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: ABERTURA DE CONTA**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Contabilidade e Património, datada de 15/02/2010, referindo que tendo em conta o facto de existir uma instituição bancária em Celorico da Beira, onde o Município não possui conta e onde alguns funcionários solicitam que seja feito o depósito dos respectivos vencimentos, é necessária a abertura de uma conta no Banco Espírito Santo, de modo a facilitar a transferência dos vencimentos dos funcionários que lá possuem conta bancária, bem como, facilitar os procedimentos em eventuais futuras operações financeiras com a instituição. Assim é necessário que seja deliberado em reunião de Executivo a abertura de uma conta na instituição atrás mencionada. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, abrir uma conta bancária no Banco Espírito Santo, destinada à transferência dos vencimentos dos funcionários que lá possuem conta, bem como, facilitar os procedimentos em eventuais futuras operações financeiras com a instituição.**-----

-----**ASSUNTO: RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ 606.000€**-----

-----Sobre o assunto em tópico, foi presente relatório de análise das propostas apresentadas, dando conhecimento que dada a necessidade de reforço de tesouraria do Município de Celorico da Beira e tendo em conta os n.ºs 3 e 7 do art. 38.º, da Nova Lei das Finanças Locais, foram enviados ofícios convite para apresentação de propostas para contracção de um empréstimo de curto prazo, num montante até 606.000€, às seguintes instituições: -----

-----Banco Espírito Santo; Banco Santander Totta, SA; Banco BPI, SA; Caixa Geral de Depósitos, SA; Banco Comercial Português, SA e Banif, SA.

-----Apresentaram proposta dentro da data limite de 15 de Janeiro de 2010, as instituições: Banco Santander Totta, SA; Banco Comercial Português, SA e Banco Espírito Santo.-----

-----Informam que a proposta mais vantajosa é aquela que possui o spread mais baixo, o que resulta num encargo financeiro mais baixo. Tendo em conta estes critérios, consideram a proposta mais vantajosa, a do Banco Santander Totta, com juro indexado à Euribor a 3 meses. -----

-----Será também necessário deliberar a abertura de uma conta bancária na mesma instituição de crédito, visto que o Município não possui nenhuma conta bancária aberta no Santander Totta. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual o propósito deste montante e quais os critérios utilizados para a definição deste valor. --

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este montante é para ocorrer a dificuldades de tesouraria, e que a definição deste valor resulta dos 10% das Receitas de Impostos do ano anterior.-----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos, uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos e três votos a favor, adjudicar o referido empréstimo ao Banco Santander Totta, com juro indexado à Euribor a três meses.**-----

-----**Mais foi deliberado proceder à abertura de uma conta bancária no Banco Santander Totta.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra esta proposta, porquanto considero que não é com recursos constantes a empréstimos, que se resolve a situação financeira da Câmara. Melhor andaria o executivo se em vez de pedir empréstimos,

acabasse com os serviços que só absorvem dinheiro e para os quais não está vocacionado.”-----

-----**ASSUNTO: MINI-BUS DE 19 LUGARES + MOTORISTA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de 15/02/2010, referindo que no seguimento do procedimento para aquisição de um Mini-Bus de 19 Lugares + motorista, que foi levado a conhecimento a respectiva adjudicação do financiamento à reunião de câmara de 16/12/2009, informam que as três vias do contrato com o BPI para financiamento já se encontram no Município para serem rubricadas e assinadas pelo Senhor Presidente. Mais se informa que a modalidade de financiamento não será o ALD, mas sim o leasing, visto que foi informado pela entidade bancária que tendo em conta as características da viatura a adquirir (pesado), a modalidade de ALD não poderá ser aplicada, pelo que, o leasing é a única alternativa disponível, sendo que a proposta já apresentada, era para leasing e não ALD. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**IX - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA**-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Particulares, datada de 15/02/2010, informando que a referida edificação se insere em zona do PNSE e EP, tendo as mesmas emitido parecer desfavorável e favorável, respectivamente. -----

-----Face ao exposto o processo encontra-se indeferido, devendo o requerente reformular o pedido, de acordo com o descrito nos referidos pareceres.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento do indeferimento.**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Herdeiros de António Rodrigues Pena e Herdeiros de Manuel Paulino da Fonseca**-----

-----Foi presente requerimento n.º 78, datado de 28/01/2010, em nome de Herdeiros de António Rodrigues Pena e Herdeiros de Manuel Paulino da Fonseca, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quinta das Fontainhas, freguesia de Maçal do Chão, inscrito sob o artigo matricial n.º 357, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2006. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que os requerentes se referem foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição dos requerentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezassete horas e cinquenta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei.-----

